



Plataforma Brasileira de
Direitos Humanos Econômicos,
Sociais, Culturais e Ambientais

DHESCA BRASIL INFORMA ▪ 35

Junho de 2011 - www.dhescbrasil.org.br

Defensores de Direitos Humanos:

Mais de 60 organizações assinam nota de Relatoria

A Relatoria do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação divulgou uma nota sobre as execuções de trabalhadores rurais ocorridas na Amazônia, solicitando apuração dos crimes e proteção às pessoas ameaçadas na região. A nota foi assinada por 65 entidades, entre redes, organizações, fóruns e movimentos sociais. Para a Relatoria, é preocupante o fato das execuções “ocorrerem no mesmo período que a Câmara dos Deputados aprovou mudanças no Código Florestal, cujo texto enfraquece os mecanismos de preservação do meio ambiente, a luta pela conservação dos recursos naturais e pela democratização do acesso à terra”. Para o relator Sérgio Sauer, é válido pensar na possibilidade de federalização destes casos. Leia mais¹.

Jirau hoje, Belo Monte amanhã

Relatório aponta violações em Jirau e prevê repetição em Belo Monte

A Relatoria de Meio Ambiente lançou o relatório sobre as violações trabalhistas nos canteiros de construção da **Hidrelétrica do Madeira**, que em 2008 já havia sido estudado pela também relatora Marijane Lisboa. Os prenúncios feitos no primeiro relatório foram encontrados agora concretizados e em uma escala ainda maior: aumento de 208% dos casos de estupro, aumento de 44% dos índices de homicídio em Porto Velho e uma migração 22% maior do que o previsto pelo Estudo de Impacto Ambiental da Obra. A preocupação é que o modelo será levado também a Belo Monte, onde o próprio governo tem apoiado a ida dos 4 mil trabalhadores demitidos no Madeira. Leia mais².

PLATAFORMA DHESCA BRASIL

Monitoramento do PNDH segue sem participação formal da sociedade civil

Desde janeiro de 2010, quando a polêmica em torno do PNDH veio à tona, a sociedade civil trabalhou intensamente para defender o programa e sua implementação integral. No segundo semestre de 2010, com a formalização de um Comitê Interministerial de Acompanhamento e Monitoramento do PNDH 3, coordenado pela SDH, a sociedade civil foi convidada a participar das reuniões sem, entretanto, existir uma definição do caráter dessa participação. A proposta levada pelas redes de direitos humanos era que houvesse condições para um monitoramento independente por parte da sociedade civil.

Em maio deste ano, durante audiência de várias organizações e redes com a ministra Maria do Rosário (SDH) e com o ministro Gilberto Carvalho (SGP), a participação voltou à pauta e houve novo comprometimento por parte da SDH em debater este ponto. O Ministro Gilberto Carvalho também indicou a possibilidade da participação da sociedade no Fórum Governamental de Cidadania e se mostrou interessado em discutir as prioridades do PNDH-3.

Entretanto, durante a última reunião do Comitê do PNDH, no dia 2 de junho, o tema da participação da sociedade civil estava pontuado, mas não houve priorização dessa pauta. Com isso, a relação das redes com a Secretaria de Direitos Humanos, que envolve tanto o Comitê

¹ http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=454:relator-nacional-se-manifesta-sobre-assassinatos-na-amazonia&catid=135:relatorios&Itemid=160

² http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=449:2011-meio-ambiente-missao-jirau-hidreletrica-do-madeira&catid=131:relatorios&Itemid=156

do PNDH quanto a realização do Encontro Nacional de Direitos Humanos, permanece sem definição.

Debate sobre PPA e os desafios para o governo

Nos dias 24 e 25 de maio, o Fórum Interconselhos reuniu 400 representantes dos conselhos de políticas públicas setoriais; de organizações não governamentais e redes da sociedade civil, para discutir a proposta do Plano Plurianual 2012/2015. O PPA deverá ser enviado ao Congresso até o dia 31 de agosto e irá orientar a elaboração das leis orçamentárias dos próximos quatro anos. Durante a reunião, o governo apresentou a metodologia para elaborar o PPA, incluindo os macrodesafios desenhados, os objetivos e as metas de cada um (documento divulgado no site do Ministério do Planejamento).

A Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, afirmou que o PPA foi organizado para facilitar o acompanhamento das metas do governo. No entanto, é necessário revelar se as políticas públicas estão realmente efetivando direitos e garantir que a sociedade monitore também o orçamento, e não apenas as metas. As representações políticas da sociedade que estavam presente no fórum sabem que o orçamento público é um espaço de disputa de interesses da sociedade com concepções e valores de mundo distintos. Além disso, vale lembrar que nem todas as políticas de governo estão sendo discutidas no PPA. O exemplo clássico e mais impactante é a política econômica, formulada pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central.

O Fórum Interconselhos é uma iniciativa louvável por parte do governo Dilma e demonstrou uma vontade política de ouvir diferentes posições políticas. Mas não deve ser o fim da história de participação no ciclo orçamentário, e o governo assumiu o compromisso de manter um mecanismo de consulta permanente. (Leia o texto original no site do INESC³)

RELATORIAS DE DIREITOS HUMANOS

Meio Ambiente – Nesse mês, mais de dois mil moradores de Caetité fizeram vigília para impedir a entrada de nove carretas carregadas de urânio. A exploração de urânio tem sido tema de atuação da Relatoria de Meio Ambiente, que em breve divulgará seu relatório sobre o caso. Até lá, a Relatoria tem acompanhado as mobilizações, que denunciam a forma pouco transparente como é conduzido o programa nuclear brasileiro. Entre as principais reclamações está a falta de informações por parte da INB – Indústria Nuclear Brasileira, tanto pela exploração como também em casos de vazamentos de material radioativo. Após as mobilizações realizadas, a população conquistou um Termo de Compromisso, firmado com o presidente da INB, Alfredo Tranjan Filho. O termo estabelece algumas condicionantes para a atividade, entre elas a instituição de uma Comissão Permanente para “acompanhamento, diálogo e fiscalização”, que será integrada pelos movimentos sociais, órgãos públicos e representantes da INB.

Cidade – A Relatoria investigou no Rio de Janeiro os impactos da realização da Copa e das Olimpíadas a partir das intervenções urbanas em comunidades empobrecidas, especialmente os casos de despejos e remoções forçadas. A missão aconteceu de 18 a 20 de maio e contou, em diversas atividades, com a participação da Relatora da ONU Raquel Rolnik. Entre as principais ações violadoras estão a reforma ou construção de obras viárias, estádios, equipamentos turísticos ou de reestruturação urbana. Em missão de investigação, Relator pediu suspensão das remoções e despejos, e a publicização de informações sobre os planos da Prefeitura para as comunidades. Leia mais⁴.

Educação - A Relatoria do Direito Humano à Educação participou de audiência pública realizada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação em Brasília, no dia 04 de maio, como uma das atividades da Semana de Ação Mundial 2011. A Semana tem como lema neste ano “Diferenças sim, desigualdades não!”. Na audiência pública foram abordados temas como preconceitos e discriminações de raça e etnia, de gênero, de orientação sexual, de deficiência e de localização geográfica, além de questões relativas a *bullying* na escola. A

³ <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2011/maio/o-ppa-e-os-desafios-da-participacao-no-governo-dilma>

⁴ http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=458:relatoria-investiga-impactos-da-copa-e-olimpiadas-na-cidade-do-rj&catid=129:relatorios&Itemid=152

Relatora Denise Carreira apresentou na audiência o informe preliminar sobre o estudo Gênero e Educação no Brasil, que apresenta um quadro sobre os desafios de gênero na educação do país e um conjunto de 13 recomendações ao estado brasileiro para o enfrentamento do problema. Leia mais em nosso site⁵.

Terra, Território e Alimentação - A Relatoria solicitou a tomada de providências sobre ameaças às lideranças da Comunidade Quilombola Brejo dos Criolos, norte de Minas Gerais. Em novembro de 2008, a Relatoria realizou uma missão⁶ e identificou ameaças contra as lideranças da comunidade quilombola. Recentemente, o presidente da Associação do Brejo dos Crioulos foi novamente ameaçado por pistoleiros na região. Cabe ressaltar que alguns moradores da comunidade já foram alvejados por pistoleiros em ocasiões anteriores. Na avaliação da Relatoria, estas práticas estão diretamente ligadas às violações aos direitos territoriais.

Saúde – A Relatoria finalizou o documento sobre a incorporação dos temas de gênero e raça como indicadores de direitos humanos para a atuação das Relatorias. O documento foi concebido desde o início do mandato, em 2009, quando a Relatoria de Saúde aceitou o desafio de desenvolver uma metodologia para auxiliar todas as Relatorias a aprimorarem seus olhares quanto às discriminações relacionadas a gênero e a etnia. O documento passará agora pela fase da editoração, para então ser publicado.

PIDHDD

Equador assume a coordenação da PIDHDD

No período entre 3 a 7 de maio, aconteceu no Equador a Assembléia da PIDHDD, rede interamericana da qual a Dhesca Brasil faz parte. Durante a Assembléia, o Equador foi eleito para coordenar as atividades da rede no próximo período de quatro anos. Os 15 países participantes debateram a conjuntura da América Latina e Caribe e definiram alguns temas e ações prioritárias, entre eles o debate sobre modelo de desenvolvimento.

Países latino-americanos assinam carta contra Belo Monte

Representantes da sociedade civil de quinze países da América Latina e Caribe assinaram, no dia 6 de maio, uma carta de manifesto à posição do governo brasileiro sobre a construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Na carta, os países chamam atenção para as irregularidades cometidas no licenciamento ambiental e para o impacto que o modelo representado por Belo Monte pode trazer para toda a América do Sul. As organizações, integrantes da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento – PIDHDD – se disseram preocupadas com a postura do governo frente ao pedido da OEA, afirmando que “nada justifica as pressões do governo diante de uma decisão que contraria seus interesses imediatos”. Leia a carta na íntegra⁷.

EXPEDIENTE

Secretaria Executiva da Plataforma Dhesca Brasil

Danilo Uler Corregliano: secretaria@dhescbrasil.org.br

Laura Bregenski Schühli (MTB 8405 – PT): comunicacao@dhescbrasil.org.br

Endereço: Secretaria Executiva da Plataforma Dhesca Brasil

Rua Des. Ermelino de Leão, 15, conj. 72 – Centro – CEP: 80410-230 – Curitiba/PR – Brasil

Tel: +55 (41) 3014-4651 - + 55 (41) 3232-4660

Acesse o site: www.dhescbrasil.org.br

⁵ http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=459:relatoria-do-direito-humano-a-educacao-participa-de-audiencia-publica-e-divulga-estudo-sobre-genero-e-educacao&catid=127:relatorios&Itemid=154

⁶ http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=153:terra-missao-em-brejo-dos-crioulos&catid=155:terra&Itemid=195

⁷ http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=460:países-latino-americanos-assinam-carta-contrabelo-monte&catid=131:relatorios&Itemid=156